

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

CNPJ 10.663.610/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2019

I. DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo, criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142, de 06 de setembro de 2007. Constituída como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, é considerada empresa pública não dependente, com autorização do Banco Central do Brasil (Bacen) para seu funcionamento.

Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R\$ 1,042 bilhão, a instituição iniciou suas atividades em 11 de março de 2009. Faz parte da administração indireta do Estado de São Paulo e, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Desenvolve SP passou a ser vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz).

Constitui o objeto social da Desenvolve SP a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

A Desenvolve SP foi concebida como um instrumento institucional de apoio à execução de políticas ativas de desenvolvimento econômico para o estado de São Paulo. O seu papel é coordenar e implantar políticas financeiras de fomento.

Portanto, cabe à Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, de acordo com as definições de seu projeto estratégico e em sintonia com as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual.

Sua atividade fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos. Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP:

- ▶ A prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro;
- ▶ A prestação de serviços com a administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.

II. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2019, como primeiro plano da nova administração, foi realizada a revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2019 a 2023. Foram definidas as prioridades de atuação da Desenvolve SP, no que condiz com o cumprimento de sua missão, a estratégia da instituição descrita por meio de objetivos relacionados entre si, considerando o cenário econômico atual do país e o novo foco de crescimento da instituição para os próximos anos, mantendo o objetivo principal de fomentar a economia paulista.

MISSÃO: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor.

VISÃO: Ser reconhecida como instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.

VALORES:

- √ Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;
- √ Prezamos pela responsabilidade socioambiental;
- √ Buscamos a eficiência em todos os negócios;
- √ Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;
- √ Temos orgulho de fazer parte desse time.

III. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

PRINCIPAIS DIRETRIZES

RELAÇÃO COM GOVERNO: Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico, sustentável e reduzindo as diferenças regionais.

INOVAÇÃO: Mobilizar a liderança para potencializar a criatividade das equipes, a fim de inovar em todos os seus negócios.

SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA: Atuar com responsabilidade e eficiência na aplicação dos recursos para a sustentabilidade da instituição, de acordo com as melhores práticas de governança.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL: Buscar a eficiência nos processos negociais, operacionais e tecnológicos, visando ao aumento da produtividade e lucratividade.

VALORIZAÇÃO DE PESSOAS: Gerar valor aos colaboradores, a fim de fortalecer a cultura organizacional e promover engajamento, integração e retenção de talentos.

1. PLANO DE NEGÓCIOS DA DESENVOLVE SP

No Planejamento Estratégico foram definidos seis pontos de atuação que viabilizarão o atingimento dos resultados pretendidos:

Inovação; Microcrédito; Micro e Pequenas Empresas; Prefeituras; Cobrança; e *Funding*.

2. PÚBLICO-ALVO

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E SETOR PÚBLICO

- ▶ **Microempresas ME:** **receita bruta anual de R\$ 81 mil até R\$ 360 mil;**
- ▶ **Pequenas:** **receita bruta anual de R\$ 360 mil até R\$ 4,8 milhões;**
- ▶ **Médias:** **receita bruta anual de R\$ 4,8 milhões até R\$ 90 milhões;**
- ▶ **Setor Público:** **Prefeituras do Estado de São Paulo.**

A Desenvolve SP atende às empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R\$ 81 mil até R\$ 300 milhões, dos setores produtivos: agronegócio, comércio, indústria e serviços.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

Cabe ainda observar que todas as ações da Desenvolve SP para os próximos anos serão apoiadas em seu novo Planejamento Estratégico e baseada nos seguintes princípios orientadores: Eficiência, Pessoas, Parcerias, Inovação e Crédito.

IV. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL ALINHADA AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas do estado de São Paulo, a Desenvolve SP busca promover, cada vez mais, o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes. Além disso, a instituição trabalha para desenvolver novos negócios que atendam às necessidades de seus clientes e que agreguem valor à empresa financiada.

Em 2019, a Desenvolve SP se tornou membro titular da “Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, que foi criada pelo Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no âmbito do Estado.

Este ano, a Desenvolve SP lança, junto ao Relatório Anual da Administração 2019, em sua primeira edição, o Balanço Social relativo aos anos de 2018 e 2019, contendo informações relevantes que abrangem resultados ligados aos aspectos: Financeiros; Responsabilidade socioambiental; Corpo funcional; e Exercício da cidadania empresarial.

V. LINHAS DE FINANCIAMENTO

A Instituição oferece um amplo leque de opções de linhas de financiamento, com juros competitivos e prazos de pagamento que chegam a até dez anos, para ampliação e modernização da capacidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos, capital de giro, entre outras, e linhas para o financiamento de obras que melhoram a infraestrutura dos municípios.

1. SETOR PRIVADO

No ano de 2019, a Desenvolve SP disponibilizou vinte linhas de financiamento para o setor privado, com destaque para o lançamento:

- ▶ **Crédito Digital BNDES Automático** - Pequenas Empresas: linha voltada para o financiamento de capital de giro com aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2. SETOR PÚBLICO

O crédito ao setor público é um forte indutor de desenvolvimento econômico regional e, principalmente, da melhoria da qualidade de vida da população. A Desenvolve SP tem o compromisso de apoiar projetos municipais em infraestrutura, transporte, iluminação pública, entre outros.

Em 2019, a Desenvolve SP ofertou dez linhas de financiamento para o setor público.

VI. FUNDOS GARANTIDORES

Como toda instituição financeira, para conceder financiamento, a Desenvolve SP exige garantias ao tomador do crédito. No entanto, muitas vezes, os pequenos e médios empresários não possuem garantias suficientes, como imóveis, veículos, recebíveis, entre outras. Nesses casos, a Desenvolve SP oferece três fundos garantidores que podem suprir a insuficiência das garantias exigidas, viabilizando a contratação: Fundo de Aval (FDA), Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) e Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

Desde o início de suas operações até 31 de dezembro de 2019, os fundos garantidores já foram utilizados em 36.433 operações.

VII. FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

A Desenvolve SP administra, além do Fundo de Aval (FDA), oito fundos com patrimônio total de R\$ 1,0 bilhão: Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet); Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR); Fundo Estadual de Desenvolvimento Social (Fides); Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (Fidec); Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Feprac); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social Pontal de Paranapanema (Fundespar); e Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo (Banco do Povo Paulista). Estes fundos não estão ligados a órgãos reguladores, tendo seus ativos aplicados, de forma significativa, em títulos e valores mobiliários governamentais.

VIII. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

A Desenvolve SP investe, hoje, em cinco fundos de investimento: Fundo Inovação Paulista; Fundo Aeroespacial; Fundo Performa Investimentos SC-1; Fundo CRP Empreendedor; e Fundo BBI Financeal I.

Até dezembro de 2019, o capital investido pela Desenvolve SP nos fundos de investimento foi de R\$ 49 milhões, sendo o valor atualizado contábil de R\$ 75 milhões. No total, 51 empresas foram investidas, das quais quarenta estão localizadas no estado de São Paulo.

IX. PARCEIROS

1. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Desenvolve SP, integrada com o Governo do Estado de São Paulo, participa ativamente de projetos governamentais de políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da economia paulista.

A partir de 2019, a Desenvolve SP passou a participar da reunião do Secretariado do Governo do Estado de São Paulo, realizada semanalmente, com pautas estratégicas, tendo como participantes o Governador e Secretários de Estado. Como convidada, a Desenvolve SP participa das discussões e colabora com a realização das políticas públicas do Estado.

Em 2019, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP atuou como instrumento financeiro nos seguintes programas:

- ▶ **Programa Vale do Futuro:** projeto que visa impulsionar ações de desenvolvimento econômico e social do Vale do Ribeira, com previsão de R\$ 1 bilhão em investimentos públicos e mais R\$ 1 bilhão em recursos privados, podendo gerar trinta mil oportunidades de emprego, renda e empreendedorismo até o final de 2022. A Desenvolve SP disponibilizou R\$ 100 milhões com taxas subsidiadas em crédito para micro, pequenas e médias empresas, além das prefeituras do Vale do Ribeira;

- ▶ **Programa de Crédito Turístico:** iniciativa da Desenvolve SP e da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, em parceria com o BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que busca promover o crescimento sustentável dos negócios voltados aos serviços de atendimento, acomodação e infraestrutura para turistas, além de projetos de melhoria da infraestrutura dos municípios;

- ▶ **Programa de Investimento no Setor de Audiovisual de São Paulo (ProAV SP):** um processo técnico coordenado pela Desenvolve SP, em parceria com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa e a Associação de Emisoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Aesp), com o objetivo de viabilizar o acesso ao crédito de empresas de toda a indústria do audiovisual paulista e de promover o crescimento dos diversos negócios que atuam com audiovisual desde produtoras de áudio e vídeo, distribuidoras, produtores de conteúdo, entre outros;

- ▶ **Transformando Cidades:** atuação em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional para os pleitos de operações de crédito das prefeituras passíveis de atendimento pela Desenvolve SP. Com as linhas de crédito disponíveis, os municípios podem melhorar a vida de seus cidadãos ao investir em iniciativas como sustentabilidade ambiental, infraestrutura de arenas multiuso, adequação e construção de distritos industriais, construção de centros de distribuição e abastecimento, obras de pavimentação e recapeamento, entre outros;
- ▶ **Programa São Paulo Inova:** com o objetivo de apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador em estágio inicial ou em processo, por meio de linha de financiamento (Linha Incentivo à Tecnologia) e do Fundo Inova Paulista;

- ▶ **Programa de Apoio ao Setor Avícola:** cujo objetivo é apoiar empresas do setor por meio de operações de crédito para capital de giro, com garantia dos créditos acumulados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- ▶ **Programa Empreenda Rápido:** projeto em parceria com Governo do Estado de São Paulo, Centro Paula Souza, Sebrae-SP, Banco do Povo Paulista, Desenvolve SP e Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), direcionado ao público empreendedor, baseados em seis pilares: qualificação técnica, qualificação empreendedora, acesso ao crédito, formalização do negócio, acesso ao mercado e inovação tecnológica;
- ▶ **Projeto Portal do Paranapanema (Fundespar):** Repasse de R\$ 1,1 milhão por meio do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Píntal do Paranapanema (Fundespar) aos municípios da região, que será utilizado para investimentos em infraestrutura nos assentamentos da região;

- ▶ **Programa Frota Nova:** convênio firmado, em 2017, com a Secretaria da Fazenda e Planejamento e a Casa Civil, para recebimento de recursos financeiros para equalização dos juros de operações de crédito de prefeituras dentro da Linha Frota Nova da Desenvolve SP, a qual financia a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos novos que prestem serviços à população dos municípios paulistas;
- ▶ **Programa Água Limpa:** convênio firmado, em 2018, com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, para o recebimento de recursos financeiros para equalização dos juros de operações de crédito de prefeituras dentro da Linha Água Limpa da Desenvolve SP, a qual financia projetos referentes ao tratamento e afastamento do esgoto coletado;
- ▶ **Iluminação Pública:** acordo de cooperação, firmado em 2013, entre a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e a Desenvolve SP, destinado a promover a capacitação técnica e o financiamento a municípios paulistas através da Linha de Iluminação Pública da Desenvolve SP, referente a projetos que tenham como objetivo a implantação, ampliação ou modernização do sistema de iluminação pública dos municípios.

2. ENTIDADES PARCEIRAS

Além dos programas governamentais, a Desenvolve SP formalizou parcerias relevantes com entidades e instituições multilaterais, que apresentaram sinergia em seus planos estratégicos:

- ▶ **Sebrae-SP:** o Programa Juro Zero Empreendedor é uma parceria entre o Sebrae-SP, a Desenvolve SP e o Governo do Estado de São Paulo. O objetivo do Programa é a concessão de financiamentos com juros zero, para Microempreendedores Individuais (MEIs), a fim de alavancar o investimento produtivo;

- ▶ **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):** parceria entre a Desenvolve SP e o BID para contratação de serviços jurídicos com foco na modelagem de uma plataforma estadual para implementação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e/ou projetos de concessão para processamento de resíduos sólidos urbanos;

- ▶ **Caixa Econômica Federal (CEF):** em parceria com a CEF, a Desenvolve SP firmou contrato de limite de crédito no valor de R\$ 165 milhões para ser destinado a financiamentos do Programa Pró-Transporte, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Tais recursos promoverão a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal, da qualidade de vida e do acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais nos municípios paulistas, por meio de investimentos em sistemas e infraestrutura de mobilidade urbana, compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados;

- ▶ **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp):** assinatura de protocolo de intenções entre a Desenvolve SP e a Sabesp para promoção e divulgação da Agência de Fomento do Estado de São Paulo, com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito às empresas que atuem junto à Sabesp na prestação de serviços de saneamento, além do Projeto Novo Rio Pinheiros, que visa despoluir o Rio Pinheiros até 2022. Pelos termos do protocolo assinado, a Desenvolve SP se compromete a interagir com os bancos CEF, Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para ampliar a disponibilização e diversificação de crédito e a Sabesp, em contrapartida, deve fornecer a lista de empresas e fornecedores que atuam em conjunto na prestação de serviços de saneamento no estado de São Paulo;

- ▶ **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP):** assinatura de termo de cooperação com o Crea-SP para que micro, pequenas e médias empresas de engenharia, agronomia e geociências paulistas tenham acesso a condições especiais de financiamento para projetos de expansão, modernização, aquisição de máquinas e equipamentos e capital de giro.

X. SUSTENTABILIDADE

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Desenvolve SP possui uma estrutura de governança corporativa que assegura a transparência, a equidade e a responsabilidade corporativa na execução de suas atividades, bem como uma eficaz prestação de contas com a sociedade. Sua orientação estratégica é dada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada da instituição.

1.1. Principais iniciativas da governança corporativa em 2019

▶ Alterações estatutárias

Em 2019, o artigo 1º do Estatuto Social da Desenvolve SP foi alterado, com a inclusão da denominação “empresa pública”, em razão da composição acionária da Companhia: Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,998% das ações, e a Companhia Paulista de Parcerias, que possui 0,002% das ações.

▶ **Eleição e posse de novos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Diretoria Colegiada**

Em 2019, tomaram posse os novos administradores da Desenvolve SP, para um mandato de dois anos. E, em outubro de 2019, o Diretor Financeiro e de Crédito desligou-se do cargo, ocupado hoje, interinamente, pelo Diretor Presidente.

1.2. Criação de novas políticas corporativas

Em 2019, foram aprovadas as seguintes políticas corporativas: Política de Segurança Cibernética; Política de Governança Corporativa; Criação de regimentos internos de órgãos colegiados; e Cartas Anuais de Políticas Públicas e Governança Corporativa.

1.3. Estrutura de governança

- ▶ **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é o órgão de decisão superior da instituição responsável por sua orientação estratégica;

- ▶ **Diretoria Colegiada:** A Diretoria Colegiada exerce a administração geral da instituição, assegurando o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados.

A Diretoria Colegiada é composta por três Diretorias, além da Presidência, tendo como principais atribuições:

- Diretoria Financeira e de Crédito: assuntos de ordem financeira, contábil, controladoria e de crédito;
- Diretoria de Negócios e Fomento: operacionalização e comercialização dos produtos da companhia, tanto para o setor público como o setor privado;
- Diretoria Administrativa, de Projetos e Processos: planejamento e gestão administrativa, gestão de pessoas, tecnologia da informação e desenvolvimento de projetos e processos.

- ▶ **Conselho Fiscal:** Exerce seu papel de fiscalizador das contas da instituição, bem como dos atos de seus administradores.

• **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário, independente, de caráter permanente, orientado por regimento próprio e pelo Estatuto Social da instituição, atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.

• **Comitê de Remuneração:** Órgão estatutário de caráter permanente, cujas regras de funcionamento são estabelecidas por regimento próprio e pelo Estatuto Social da Desenvolve SP, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração e atuando com independência em relação à Diretoria Colegiada.

1.4. Demais órgãos colegiados

Além dos colegiados descritos anteriormente, a estrutura de governança corporativa da instituição é composta ainda pelos seguintes órgãos colegiados: Comitê de Ética; Comitê de Crédito; Comitê de Investimentos; Comitê de Contratações Administrativas; Comitê de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro; Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso (Cada); e Comitê de Produtos.

2. VALORES E TRANSPARÊNCIA

A Desenvolve SP orienta as ações de seus colaboradores, tanto no relacionamento interno, como externo, por meio do Código de Conduta e Integridade.

A Desenvolve SP possui, ainda, uma Política de Divulgação de Informações, que tem por objetivo definir princípios e regras que devem ser observados para a divulgação de informações sobre a instituição e uma Política de Relacionamento com Clientes e Usuários.

2.1. Prestação de contas, fiscalização e ambiente regulatório

A Desenvolve SP, como parte integrante da administração indireta do Governo do Estado de São Paulo, está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), por meio de sua Comissão de Fiscalização e Controle. Anualmente, a Desenvolve SP envia informações determinadas pela legislação a esses órgãos, bem como recebe a fiscalização *in loco* do TCE/SP.

A Desenvolve SP, subordinada administrativamente à Secretaria da Fazenda e Planejamento, também presta contas e recebe a fiscalização contínua desse órgão, com envio de informações e fiscalizações *in loco*. Já como agência de fomento, a Desenvolve SP segue a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, por meio do Bacen, autoridade responsável pela fiscalização das instituições financeiras.

2.1.1. Transparência

No *site* da Desenvolve SP, na página denominada “Transparência”, também, são divulgadas as informações de interesse público relacionadas à atuação da instituição, como informações referentes às deliberações dos órgãos colegiados, execução orçamentária e financeira, quadro de pessoal, folha de pagamento, licitações, contratos e informações referentes aos processos internos e externos.

2.2. Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

Ligado à Presidência, o SIC é uma unidade de atendimento responsável por prestar orientações, receber e gerenciar os pedidos de informações. No ano de 2019, o SIC registrou um total de 67 pedidos de acesso à informação, sendo todas as solicitações respondidas no prazo exigido pelos normativos vigentes.

2.3. Remuneração de Administradores

Com o objetivo de instituir forma, periodicidade e responsabilidades para a remuneração de administradores, a Política de Remuneração da Desenvolve SP, aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária foi elaborada considerando o escopo de atuação das agências de fomento, as regras impostas pelo Estado de São Paulo e pelo Bacen.

2.4. Política de Distribuição de Dividendos

Os juros sobre o capital próprio são calculados e creditados aos acionistas, de acordo com o limite máximo permitido pela legislação vigente, como distribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, sem prejuízo da competência privativa da Assembleia de Acionistas para deliberar sobre o montante que exceder ao dividendo mínimo obrigatório, considerando as possibilidades de destinação, quais sejam: constituição de reserva de lucro, distribuição de dividendos ou capitalização (aumento do capital social), a cada exercício.

3. CONTROLES INTERNOS

3.1. Controles Internos, *Compliance* e Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos, na Desenvolve SP, é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental, além de ser responsável pelas normas e pelos controles internos da instituição.

No âmbito de Basileia III, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

3.2. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas deu início, em 2019, aos trabalhos de implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que tem por objetivo o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

3.3. Programa Representantes de *Compliance*

O Programa Representantes de *Compliance*, que faz parte da Política de Conformidade e Controles Internos da instituição, está em fase de aprovação pela alta administração. Tal Programa tem o objetivo de fortalecer a Primeira Linha de Defesa, ampliando a atuação da estrutura de controles já existentes, por meio de empregados nomeados representantes de *Compliance* em todas as unidades.

3.4. Auditoria Interna

A Gerênci de Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria e ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança, a eficiência e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

3.5. Ouvidoria

Foram registradas na Ouvidoria, em 2019, 32 manifestações, sendo dez reclamações, das quais seis foram classificadas como improcedentes¹ e quatro classificadas como procedentes solucionadas², oito pedidos de informações e/ou esclarecimentos, sete elogios, quatro críticas, duas sugestões e uma denúncia, com todas as reclamações respondidas no prazo exigido pela Resolução do Bacen nº 4.433.

Em complemento, a Desenvolve SP conta com um canal de comunicação interno, denominado “Canal do Colaborador”, responsável por receber e dar atendimento às manifestações de seus colaboradores, relacionadas ao escopo de atuação da instituição.

3.6. Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD)

A Desenvolve SP atua, também, de forma a prevenir crimes de lavagem de dinheiro e outros similares através de sua Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD). O treinamento de PLD é bienal, conforme norma interna vigente, sendo realizado nos meses de junho e julho em 2019.

3.7. Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

O PCN da Desenvolve SP estabelece procedimentos e regras adotadas pela instituição no tocante à continuidade dos negócios críticos, envolvendo ou não a utilização do ambiente alternativo para realização de atividades essenciais quando da impossibilidade de acesso às dependências da Desenvolve SP ou outra situação que impeça a utilização das estações de trabalho.

4. GESTÃO DE PESSOAS

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o ano de 2019 com 155 empregados ativos, além de três diretores, dezessete estagiários, cinco jovens aprendizes e 52 empregados terceirizados, totalizando uma força de trabalho de 232 colaboradores.

4.1. Incentivo à capacitação

Para estimular a capacitação dos seus colaboradores e administradores, em todas as etapas de sua experiência profissional, a Desenvolve SP proporciona: Plano de Desenvolvimento Educacional, Plano de Desenvolvimento Individual, Programa de Desenvolvimento das Áreas de Negócios, Programa de Desenvolvimento de Lideranças, Programa de Desenvolvimento de Estagiários e Aprendizes, Programa de Desenvolvimento de Conselheiros e Administradores, palestras realizadas durante o Programa de Interação com o Presidente e ações pontuais.

Em 2019, a Desenvolve SP estabeleceu a realização de 162 horas de treinamentos internos, ministrados pelos próprios colaboradores da instituição, como meta institucional, a qual foi ultrapassada, somando 220 horas de treinamentos realizados.

4.2. Bem-estar do colaborador

Demonstrando sua preocupação com a saúde e segurança do colaborador, além das ações de caráter obrigatório, como os exames médicos periódicos, a Desenvolve SP contemplou as seguintes ações em 2019: i) campanha de vacinação contra a gripe; ii) atividade de ginástica laboral; iii) *quick massage*; iv) implantação do espaço de convivência; e v) rodas de conversa sobre saúde financeira, estimulando comportamentos mais adequados para cada situação e rendimento.

4.3. Processos Seletivos Internos

A Desenvolve SP atua constantemente na conscientização dos gestores em todas as oportunidades de preenchimento de vagas, para que os processos de promoção profissional sejam isentos e transparentes.

4.4. Combate à discriminação, ao preconceito e aos abusos aos direitos humanos

A Desenvolve SP mantém canais abertos para denúncias junto ao Comitê de Ética e ao Canal do Colaborador, canal de competência da Ouvidoria, responsável por ouvir e dar atendimento às manifestações dos colaboradores da Desenvolve SP, relacionadas ao escopo de atuação da instituição.

^[1] Improcedente: reclamação que, após análise, não há constatação de descumprimento, por parte da Desenvolve SP, do Código de Defesa do Consumidor, de legislações e normativos de órgãos reguladores ou de cláusula contratual firmada entre o cliente e a instituição.

^[2] Procedente solucionada: reclamações procedentes que, após análise e procedimentos de regularização, atendem às necessidades do cliente ou usuário.

4.5. Proteção à privacidade dos empregados

Os colaboradores da empresa terceirizada de administração de pessoal estão alocados em sala reservada, visando à privacidade das informações de todos os colaboradores da Desenvolve SP.

Além disso, todas as unidades da instituição participaram do Mapeamento de Dados Pessoais, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados, estando a instituição atenta às exigências da referida Lei.

4.6. Normas Trabalhistas

A Superintendência de Gestão de Pessoas e Infraestrutura trabalha na elaboração e manutenção dos Manuais de Normas e Procedimentos Internos, visando garantir a disseminação das normas trabalhistas e das normas internas da Desenvolve SP.

A Desenvolve SP também atua em parceria com a Comissão Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho (Cipa) na fiscalização de todas as normas do Ministério do Trabalho, junto aos prestadores de serviços, fazendo constar em atas as solicitações realizadas e datas de atendimento.

5. COMUNIDADE E MEIO AMBIENTE

5.1. Programa de Voluntariado

A Desenvolve SP, desde 2016, possui Manual de Normas e Procedimentos Internos sobre o Programa de Voluntariado. Em 2019, foram realizadas as seguintes ações: i) campanha de doação de sangue; ii) campanha do agasalho; iii) campanha de arrecadação de meias para confecção de cobertores; e iv) campanha de arrecadação de brinquedos.

5.2. Meio Ambiente

Para que uma empresa seja considerada sustentável ambiental e socialmente, ela deve adotar atitudes éticas, práticas que visem ao seu crescimento econômico sem agredir o meio ambiente e colaborar para o desenvolvimento da sociedade. Pensando nisso, a Desenvolve SP disponibiliza linhas de financiamentos, que visem à sustentabilidade da empresa ou do município, observando a melhoria de seu meio.

5.3. Comunidade

Em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, que elabora programas para o desenvolvimento de todas as regiões do estado e para setores da economia, a Desenvolve SP oferece financiamento ou programas de governo que possibilitam a oferta de condições ainda melhores que as praticadas pela instituição, com taxas de juros subsidiadas ou amortizadas pelo Governo Estadual.

► **Doações e Patrocínios com Incentivo Fiscal**

Pautada pelo princípio de ser uma empresa socialmente responsável, a Desenvolve SP apoiou, por meio de incentivo fiscal, projetos que têm como contrapartida ganhos positivos para a sociedade. Ao todo, foram R\$ 275 mil destinados a sete projetos, para captação de recursos com incentivo fiscal no âmbito de programas e legislações como Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do Idoso, Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PoD), Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), Lei de Incentivo ao Esporte e Lei Rouanet.

6. FORNECEDORES

A Desenvolve SP segue a legislação pertinente às compras públicas nos processos de contratações e aquisições. A realização de licitações é a regra nesta instituição, exceto quando presentes os casos de dispensa ou inexigibilidade, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, que podem ser realizadas sob a forma direta.

Em 2019, nos processos licitatórios e nas contratações e aquisições realizadas com dispensa de licitação, a instituição obteve uma economia de 39,63% em seus contratos.

6.1. Contratações Sustentáveis

A Desenvolve SP conta com uma Política de Compras Sustentáveis, que possui o objetivo de estabelecer o conjunto de princípios e diretrizes relacionado à sustentabilidade, a ser considerado em todas as atividades da instituição na aquisição de bens, serviços e obras, e no relacionamento com fornecedores.

7. CLIENTES

A Desenvolve SP oferece linhas de financiamento, com recursos próprios e repasses de recursos, que visam promover o desenvolvimento regional, ampliar a renda e, por conseguinte, a qualidade de vida da população, além de fomentar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e de baixo custo, preferencialmente aquelas que possam solucionar questões socioambientais.

7.1. Critérios socioambientais na concessão de crédito

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas. O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (Saras) da Desenvolve SP consiste em uma série de procedimentos que são inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

7.2. Concessão de Financiamento a setores produtivos que sejam social e ecologicamente incorretos

Com a aplicação da Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental da Desenvolve SP, empresas e empreendimentos não passíveis de apoio financeiro, de acordo com os critérios estabelecidos pela política, são excluídos sumariamente na apresentação da proposta de operação.

XI. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1. REVISÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Alinhada ao Planejamento Estratégico, verificou-se a necessidade de revisar a estrutura organizacional da Desenvolve SP. São destacadas, dentre as principais alterações: Criação da Gerência de Transformação Digital, da Superintendência de Relações Institucionais e Mercado e a migração de diretoria da Gerência de Cobrança.

2. COMUNICAÇÃO

Em 2019, a Desenvolve SP realizou a pesquisa “Investimentos e Inovação - 2019” para traçar o perfil e a percepção dos empreendedores sobre inovação e necessidades de investimento.

Em março, a Desenvolve SP completou dez anos de atuação. Entre as ações para celebrar esse marco da Agência, está a abertura oficial do painel “A Transformação” no seu edifício sede. A obra foi criada pelo artista André Mogle e tem por objetivo traduzir o impacto da atuação da instituição em todo o estado.

Em setembro, a Agência passou a adotar um novo posicionamento: **Desenvolve SP - o Banco do Empreendedor**. A mudança abrangeu a inclusão das microempresas como público-alvo, ampliando sua atuação e potencializando seus resultados, além de uma atualização em seu logotipo. Para aprimorar o cumprimento de sua missão e dar continuidade às suas diretrizes estratégicas, a Desenvolve SP, em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), concluiu um estudo para identificar quais os setores mais estratégicos para o estado e com maiores potenciais para proporcionar resultados mais efetivos, considerando as características e dinâmica socioeconômica das diversas regiões administrativas.

Baseado no estudo realizado, foi lançado o **Mapa da Economia Paulista**, uma ação exclusiva de comunicação da Desenvolve SP, que reúne em um único lugar informações sobre as potencialidades, oportunidades e desafios de desenvolvimento econômico das dezesseis Regiões Administrativas (RAs) do estado. Os dados obtidos pelo mapa serão usados pela Desenvolve SP como base para criar produtos e iniciativas que incentivem cada vez mais o desenvolvimento sustentável e planejado das micro, pequenas e médias empresas e municípios paulistas.

O mapa está disponível gratuitamente para a sociedade paulista pelo *site* **www.mapadaeconomia paulista.com.br**.

XII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2019 foi marcado por incertezas políticas que novamente acabaram impactando o desempenho da economia do país.

Segundo o relatório Focus, do Bacen, de 03 de janeiro de 2020, a projeção do crescimento do PIB para 2019 é de 1,17% em relação a 2018, o que demostra, apesar de lenta, a recuperação da economia pós-crise iniciada em 2015.

A inflação de 2019 ficou em 4,31%, acima do centro da meta, 4,25%, porém dentro do limite de 1,5 p.p. para mais, e alta de 0,56 p.p. em relação à inflação de 2018.

Em relação ao mercado de crédito, houve alta de 6,5% em 2019 em comparação com 2018, totalizando R\$ 3,470 bilhões, mostrando uma recuperação sólida após as quedas ocorridas em 2017 e 2016. O crédito para pessoa jurídica oscilou ao longo do ano, fechando 2019 com uma alta de 0,2%. Segundo o Relatório Trimestral de Inflação de dezembro de 2019 do Bacen, a projeção para o crédito em 2020 é de alta de 8,1%, sendo que, para pessoa jurídica, a previsão de alta é de 2,5% e a projeção de alta para Recursos Direcionados é de 1,6%. A meta da taxa Selic manteve a trajetória de queda, encerrando 2019 em 4,50%, 2 p.p. abaixo da taxa de dezembro de 2018. Para o ano de 2020 é prevista estabilidade.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1. Desembolsos

Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 3.578 milhões (5.565 operações), distribuídos em 394 municípios, para 3.217 empresas e 158 prefeituras.

No ano de 2019, os desembolsos somaram R\$ 416,4 milhões, sendo 66,7% liberados com recursos próprios e 33,3% com recursos de terceiros, atendendo 881 empresas e 79 prefeituras, abrangendo um total de 233 cidades.

Em 2019, os desembolsos voltados para projetos de investimento correspondem a 55,8% do total.

Cabe destacar que, dos pedidos de financiamento para capital de giro, 81,5% foram destinados à modalidade Crédito Digital, com operações de até R\$ 1 milhão, que somou 768 operações e totalizou R\$ 99,7 milhões, um crescimento em 63,8% em relação a 2018.

2.2. Saldo das Operações de Crédito

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das operações de crédito da instituição totalizou R\$ 1.269 milhões. As operações de financiamento para projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos são as de maior representatividade, com 77,7% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do estado de São Paulo. Em relação ao porte, 71,1% do total da carteira refere-se às micro, pequenas e médias empresas.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 29,39% de operações com vencimento de até 360 dias e 70,61% acima de 360 dias. Vale destacar que 88,69% da carteira está classificada entre os *ratings* “AA” e “C”.

3. ATUAÇÃO ESTRATÉGICA - PLANO DE NEGÓCIOS

INOVAÇÃO: Em 2019, os desembolsos para inovação somaram R\$ 42,0 milhões e, no acumulado total, a Desenvolve SP atingiu a marca de R\$ 218,4 milhões. As micro e pequenas empresas representam 50,8% do desembolso acumulado no período de 2013 a 2019 para inovação, o que está em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

MICROCRÉDITO: Desde a transferência da gestão e da carteira do Fundo Banco do Povo Paulista para a Desenvolve SP, em janeiro de 2018, até dezembro de 2019, foram desembolsados R\$ 340,4 milhões, por meio de 40 mil contratos, beneficiando 484 municípios. Somente em 2019, foram desembolsados R\$ 179,2 milhões para 19,7 mil microempreendedores. Já para a continuação do Programa Juro Zero Empreendedor (Promei), em janeiro de 2019, foram aportados mais R\$ 3 milhões. De agosto de 2017 até dezembro de 2019, o referido Programa desembolsou R\$ 19,3 milhões para 1.618 MEIs.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: Alinhada às diretrizes definidas pelo Planejamento Estratégico, destaca-se a quantidade recorde de 735 MPES atendidas, um crescimento de 26,1% em relação a 2018. No total, foram desembolsados R\$ 119,2 milhões para as micro e pequenas empresas.

PREFEITURAS: O financiamento ao setor público atingiu a marca de R\$ 673,7 milhões em desembolso acumulado. No ano, foram desembolsados R\$ 113,0 milhões, que correspondem a um crescimento de 55,1% em relação a 2018.

COBRANÇA: O Planejamento Estratégico buscou, em 2019, uma maior pulverização de suas operações e o foco na gestão da cobrança, buscando o tratamento imediato das operações que apresentem atraso. Tais ações resultaram na redução do seu índice de inadimplência³, fechando 2019 em 1,61%, o melhor resultado desde 2012.

Outra frente de atuação definida no plano estratégico foi a gestão sistemática da carteira de cobrança. Em 2019, foram recuperados R\$ 2,1 milhões de operações em “prejuízo”, ou seja, operações que ultrapassaram 360 dias inadimplentes.

FUNDING: Em 2019, a Desenvolve SP realizou a captação de R\$ 365 milhões com duas instituições: Contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF) no valor de R\$ 165 milhões para o Programa Pró-Transporte, com recursos do FGTS; e Aprovação da captação de recursos de US\$ 50 milhões junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou, em 2019, um lucro líquido de R\$ 47,6 milhões, um crescimento de 222,7% em relação a 2018.

Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.122 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 2019, foi de 4,36%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 104,3 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 45,5 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 58,8 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 1.802 milhões, em 31 de dezembro de 2019, composto por 65,8% de operações de crédito (56,4% de recursos próprios e 43,6% com recursos de terceiros), 26,7% de títulos e valores mobiliários e 7,5% de outros ativos.

O Índice de Eficiência, no ano de 2019, atingiu o patamar de 61,21%, uma queda de 34,93 p.p em relação ao índice de 2018, quando o índice ficou em 96,14%.

XIII. DESTAQUES

► Nova logomarca: Desenvolve SP - O Banco do Empreendedor.

► Nova Administração: posse da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Desenvolve SP.

► Lançamento do Mapa da Economia Paulista pela Desenvolve SP.

► Contrato com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 165 milhões para o Programa Pró-Transporte, com recursos do FGTS.

► Programa de Investimento no Setor de Audiovisual de São Paulo (ProAV SP).

► Parceria com a Associação de Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Aesp) e Secretaria da Cultura e Economia Criativa.

► Assinatura de termo de cooperação com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP).

► Assinatura de protocolo de intenções entre a Desenvolve SP e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

► Aprovação da captação de recursos no valor de US\$ 50 milhões junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

► Lançamento do Programa Vale do Futuro.

► Lançamento do Programa de Crédito Turístico.

► Lançamento do Programa Empreenda Rápido.

^[3] Índice de Inadimplência: montante de operações com atraso acima de 90 dias em relação ao total da carteira de crédito.

DIRETORIA
NELSON ANTÔNIO DE SOUZA <div>Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Crédito em exercício</div>
LUCIA HELENA DA SILVA <div>Diretora de Negócios e Fomento</div>
WILSON BEVILACQUA OTERO <div>Diretor Administrativo, de Projetos e Processos</div>

Ativo	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		653.742	569.747
Disponibilidades		4	3
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	229.784	205.572
Carteira própria		229.784	205.572
Operações de crédito	6	355.237	297.788
Setor público		101.204	91.830
Setor privado		271.617	238.931
(Provisão para operações de crédito)		(17.584)	(32.973)
Outros créditos		24.101	21.469
Créditos tributários	12	20.465	19.493
Rendas a receber		1.039	646
Diversos		2.600	1.333
(Provisão para outros créditos)		(3)	(3)
Outros valores e bens		44.616	44.915
Bens não de uso próprio		44.549	44.851
Despesas antecipadas		67	64
Não circulante		1.114.439	1.215.984
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	251.748	311.189
Carteira própria		253.611	312.325
(Provisões para desvalorizações)		(1.863)	(1.136)
Operações de crédito	6	830.118	872.377
Setor público		176.369	161.945
Setor privado		719.388	785.512
(Provisão para operações de crédito)		(65.639)	(75.080)
Outros créditos		32.573	32.418
Créditos tributários	12	32.439	32.274
Diversos		149	160
(Provisão para outros créditos)		(15)	(16)
Permanente	7	33.977	34.366
Imobilizado de uso		30.794	31.230
Imóveis de uso		31.761	31.761
Outras imobilizações de uso		1.881	1.716
(Depreciações acumuladas)		(2.848)	(2.247)
Intangível		3.183	3.136
Outros ativos intangíveis		5.444	5.144
(Amortização acumulada)		(2.261)	(2.008)
Total do ativo		1.802.158	1.820.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Passivo	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		235.873	244.977
Depósitos		67	67
Depósitos vinculados		67	67
Obrigações por repasses do País			
Instituições oficiais	8	157.308	139.118
BNDES		116.619	104.119
FINAME		12.064	15.997
Outras Instituições Oficiais		28.625	19.002
Outras obrigações		78.498	105.792
Cobrança e arrecadação de tributos		174	42
Obrigações sociais e estatutárias	9	6.280	29.438
Obrigações fiscais e previdenciárias	9	3.941	2.973
Recursos para destinação específica	9	58.786	65.396
Diversos	9	9.317	7.943

Não circulante		443.866	514.907
Obrigações por repasses do País			
Instituições oficiais	8	403.881	473.158
BNDES		254.673	310.914
FINAME		25.176	43.844
FINEP		124.032	118.400
Outras obrigações		39.985	41.749
Obrigações fiscais e previdenciárias	9	1.646	1.056
Recursos para destinação específica	9	37.808	40.146
Diversos	9	531	547

Patrimônio líquido	10	1.122.419	1.060.213
Capital social		1.041.977	1.016.035
Ações ordinárias - País		1.041.977	1.016.035
Reservas de lucros		80.442	44.178

Total do passivo **1.802.158** **1.820.097**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2º semestre de 2019		2018
		2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		75.650	167.838	166.335
Operações de crédito	6	60.647	131.356	138.267
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		15.003	36.482	28.068
Despesas da intermediação financeira		(20.657)	(63.499)	(102.519)
Operações de empréstimos e repasses		(18.560)	(42.241)	(38.537)
Provisão para operações de crédito	6	(2.097)	(21.258)	(63.982)
Resultado bruto da intermediação financeira		54.993	104.339	63.816
Outras receitas/despesas operacionais		(22.957)	(45.561)	(50.123)
Receitas de prestação de serviços	11	7.597	12.243	6.686
Rendas de tarifas bancárias		4.123	5.698	5.832
Despesas de pessoal	11	(21.227)	(39.444)	(36.989)
Outras despesas administrativas	11	(10.210)	(17.583)	(17.603)
Despesas tributárias	11	(4.340)	(8.254)	(8.743)
Outras receitas operacionais	11	1.298	2.194	1.542
Outras despesas operacionais		(198)	(415)	(848)
Resultado operacional		32.036	58.778	13.693
Resultado não operacional		(296)	(284)	(166)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		31.740	58.494	13.527
Imposto de renda e contribuição social		(1.160)	(7.793)	2.841
Provisão para imposto de renda	12	(657)	(5.319)	(3.676)
Provisão para contribuição social	12	(736)	(3.612)	(2.952)
Ativo fiscal diferido	12	233	1.138	9.469
Participações estatutárias no lucro		(1.938)	(3.141)	(1.632)
Lucro líquido		28.642	47.560	14.736
Lucro por ação (R\$)	10	0,02864	0,04756	0,01474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre de 2019		2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações		31.740	58.494	13.527	
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações		3.003	22.941	64.384	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		2.097	21.258	63.982	
Depreciação e amortização		431	854	858	
Provisão para desvalorização de títulos livres		374	727	(1.165)	
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		-	-	(39)	
Provisão para passivos contingentes		101	102	748	
Lucro ajustado antes dos impostos e participações		34.743	81.435	77.911	
Varição ativo/passivo		(31.593)	(130.297)	(57.793)	
(Aumento)/redução em TVM		15.493	(23.824)	(93.584)	
(Aumento)/redução operações de crédito		(49.547)	(36.447)	(138.855)	
(Aumento)/redução outros créditos		53.649	(2.786)	(11.006)	
(Aumento)/redução outros valores e bens		940	299	(1.413)	
Aumento/(redução) depósitos		-	-	1	
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		(32.898)	(51.087)	112.061	
Aumento/(redução) outras obrigações		(15.373)	(8.481)	82.852	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.857)	(7.971)	(7.849)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		3.150	(48.862)	20.118	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado de uso		(88)	(167)	(30)	
Aplicações no intangível		-	(300)	(2)	
Baixa de Imobilizado		2	2	-	
Caixa líquido das atividades de investimentos		(86)	(465)	(32)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos de exercício anterior		-	-	(1.279)	
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		-	(28.005)	(3.033)	
Juros sobre o capital próprio pagos	10	(6.935)	(6.935)	(1.436)	
Aumento de Capital		-	25.942	-	
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(6.935)	(8.998)	(5.748)	
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(3.871)	(58.325)	14.338	
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício		22.674	77.128	62.790	
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício	4	18.803	18.803	77.128	
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(3.871)	(58.325)	14.338	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

d1. Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

d2. Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Legal	Especial de lucro			
Saldos em 01/01/2018	1.000.000	15.226	44.937	-	1.060.163	
Aumento de Capital	16.035	-	-	-	16.035	
Juros sobre o capital próprio	-	-	(15.443)	-	(15.443)	
Dividendos do exercício anterior	-	-	(1.279)	-	(1.279)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.736	14.736	
Destinações:						
Reservas	-	737	-	(737)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(13.999)	(13.999)	
Saldos em 31/12/2018	1.016.035	15.963	28.215	-	1.060.213	
Mutações do período	16.035	737	(16.722)	-	50	
Saldos em 01/01/2019	1.016.035	15.963	28.215	-	1.060.213	
Aumento de Capital	25.942	-	-	-	25.942	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	47.560	47.560	
Destinações:						
Reservas	-	2.378	20.961	(23.339)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	12.925	(24.221)	(11.296)	
Saldos em 31/12/2019	1.041.977	18.341	62.101	-	1.122.419	
Mutações do período	25.942	2.378	33.886	-	62.206	
Saldos em 01/07/2019	1.041.977	16.909	41.694	-	1.100.580	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	28.642	28.642	
Destinações:						
Reservas	-	1.432	14.034	(15.466)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	6.373	(13.176)	(6.803)	
Saldos em 31/12/2019	1.041.977	18.341	62.101	-	1.122.419	
Mutações do período	-	1.432	20.407	-	21.839	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição") é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
- ii. Orçamento estadual;
- iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no artigo 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Base de Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN").

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, quando aplicável, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data da sua entrada em vigor, quais sejam:

Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	7/10/10	IAS 2	

estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d3. Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível “H”. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Outros Valores e Bens

Compostos por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

f) Ativo permanente

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 7. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

g) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (15%)	15%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Com o advento da Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 20% para 15%, a partir de janeiro de 2019. Em virtude da publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL será majorada novamente a 20%, a partir de 1º de março de 2020.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 12 b.

Em decorrência do aumento de alíquota da CSLL a partir de março de 2020, a Instituição promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis a partir do início da vigência da alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados “pro-rata” dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

j) Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	Operações em Curso Normal									31.12.2019	31.12.2018
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	445.076	337.055	171.295	170.067	30.168	13.483	10.597	52.640	14.598	1.244.979	1.203.600
01 a 30	36.038	8.541	4.481	3.689	679	442	438	441	98	54.847	27.023
31 a 60	11.447	7.621	4.067	3.281	620	410	426	365	92	28.329	23.851
61 a 90	11.286	7.633	4.197	3.439	616	413	412	379	95	28.470	23.332
91 a 180	38.043	22.285	12.461	10.801	1.795	1.145	1.227	1.325	629	89.711	82.494
181 a 360	59.746	44.228	24.776	21.021	2.940	2.330	2.253	3.373	1.146	161.813	147.137
Acima de 360	288.516	246.747	121.313	127.836	23.518	8.743	5.841	46.757	12.538	881.809	899.763
Parcelas Vencidas	–	155	895	156	144	112	180	480	108	2.230	3.844
01 a 30	–	155	892	136	102	106	180	237	68	1.876	3.654
31 a 60	–	–	3	20	42	6	–	243	40	354	190
Subtotal	445.076	337.210	172.190	170.223	30.312	13.595	10.777	53.120	14.706	1.247.209	1.207.444

	Operações em Curso Anormal ^(a)									31.12.2019	31.12.2018
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	–	–	–	413	399	11.398	771	2.390	2.810	18.181	60.588
01 a 30	–	–	–	8	30	195	31	55	94	413	1.041
31 a 60	–	–	–	8	21	195	31	55	94	404	1.109
61 a 90	–	–	–	8	21	195	30	55	73	382	1.114
91 a 180	–	–	–	22	59	585	91	165	220	1.142	3.123
181 a 360	–	–	–	44	51	908	182	330	378	1.893	6.508
Acima de 360	–	–	–	323	217	9.320	406	1.730	1.951	13.947	47.693
Parcelas Vencidas	–	–	–	27	102	1.104	214	703	1.038	3.188	10.186
01 a 30	–	–	–	9	33	195	31	55	93	416	1.009
31 a 60	–	–	–	9	34	289	31	55	93	511	1.071
61 a 90	–	–	–	9	35	299	32	55	92	522	1.095
91 a 180	–	–	–	–	–	321	76	204	279	880	3.086
181 a 360	–	–	–	–	–	–	44	334	373	751	3.532
Acima de 360	–	–	–	–	–	–	–	–	108	108	393
Subtotal	–	–	–	440	501	12.502	985	3.093	3.848	21.369	70.774
Total	445.076	337.210	172.190	170.663	30.813	26.097	11.762	56.213	18.554	1.268.578	1.278.218

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	31.12.2019		31.12.2018		
	Provisão %	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão
AA ^(a)	–	445.076	–	235.349	–
A	0,5	337.210	(1.686)	530.122	(2.651)
B	1,0	172.190	(1.722)	186.746	(1.867)
C	3,0	170.662	(5.120)	157.811	(4.734)
D	10,0	30.813	(3.081)	44.201	(4.420)
E	30,0	26.097	(7.829)	6.272	(1.882)
F	50,0	11.763	(5.882)	31.872	(15.936)
G	70,0	56.212	(39.348)	30.940	(21.658)
H	100,0	18.555	(18.555)	54.905	(54.905)
Total		1.268.578	(83.223)	1.278.218	(108.053)

(a) As operações com Municípios do Estado de São Paulo tiveram alteração de *rating* operação, de “A” para “AA”, a partir da data-base de junho/2019, inclusive para as operações vigentes.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial		120.599	108.053
Créditos baixados para prejuízo		(39.473)	(46.088)
Provisão constituída		2.097	21.258
Saldo Final		83.223	83.223

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	4	3
Cotas de Fundo de Renda Fixa ^(a)	18.799	77.125
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	18.803	77.128

(a) As aplicações deste fundo têm liquidez imediata e foram classificadas no balanço patrimonial como Títulos e valores mobiliários, conforme nota explicativa nº 5.

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	31.12.2019		31.12.2018	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	110.985	274.000	128.447	248.168
Cotas de Fundos de Renda Fixa	18.799	–	77.125	–
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	–	76.785	–	62.104
Cotas de Fundos Garantidores de Operações de Crédito	–	2.826	–	2.053
(–) Provisões para Desvalorizações	–	(1.863)	–	(1.136)
Total	129.784	351.748	205.572	311.189

As Cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Fundo	31.12.2019				31.12.2018			
	Capital Subscrito	Capital Integrado	Valor Contábil	Provisão para Desvalorização	Capital Subscrito	Capital Integrado	Valor Contábil	Provisão para Desvalorização
Inovação Paulista (FIP)	25.000	23.821	33.432	–	25.000	21.577	28.577	–
BBI Finacial I (FIP)	10.000	9.600	24.019	(108)	10.000	9.400	17.284	(110)
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	5.285	9.047	(19)	10.000	5.301	7.368	(61)
Aeroespacial (FIP)	15.000	7.843	8.339	(700)	15.000	6.441	6.937	(484)
Performa Investimentos SC - I (FIP)	2.000	1.948	1.948	(1.031)	2.000	1.939	1.938	(478)
Total	62.000	48.497	76.785	(1.858)	62.000	44.658	62.104	(1.133)

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	31.12.2019			31.12.2018		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Financiamentos	158.540	642.975	801.515	166.932	705.333	872.265
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	91.996	146.487	238.483	85.698	139.724	225.422
Empréstimos	122.216	106.295	228.511	78.059	102.334	180.393
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	69	–	69	72	66	138
Total da Carteira de Crédito	372.821	895.757	1.268.578	330.761	947.457	1.278.218
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(17.584)	(65.639)	(83.223)	(32.973)	(75.080)	(108.053)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	355.237	830.118	1.185.355	297.788	872.377	1.170.165

b) Receitas de operações de crédito

	2º Semestre/2019		31.12.2019	31.12.2018
Financiamentos			34.711	74.816
Empréstimos			13.352	28.231
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento			11.952	26.306
Recuperação de créditos baixados como prejuízo			631	1.999
Financiamentos Rurais e Agroindustriais			1	4
Total			60.647	131.356

c) Carteira por setor de atividade econômica

	31.12.2019	Participação	31.12.2018	Participação
Setor Público	277.573	22%	253.775	20%
Administração Direta	277.573	22%	253.775	20%
Atividades Empresariais	–	–	84	–
Setor Privado	990.556	78%	1.024.443	80%
Outros serviços	528.107	42%	611.977	48%
Indústria	298.656	23%	273.895	21%
Comércio	153.431	12%	126.719	10%
Pessoas Físicas	7.118	1%	10.096	1%
Rural	3.244	–	1.756	–
Total	1.268.129			

	Custo	Amortização	Custo líquido de Amortização	
			31/12/2019	31/12/2018
Outros Ativos Intangíveis:				
- <i>Software</i>	5.444	(2.261)	3.183	3.136
Total em 31/12/2019	5.444	(2.261)	3.183	–
Total em 31/12/2018	5.144	(2.008)	–	3.136

	31.12.2019					31.12.2018		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	10.239	51.011	55.369	254.673	371.292	66,16	415.033	67,79
Outras instituições oficiais	2.079	10.647	15.899	124.032	152.657	27,20	137.402	22,44
FINAME	1.055	4.956	6.053	25.176	37.240	6,64	59.841	9,77
Total	13.373	66.614	77.321	403.881	561.189	100,00	612.276	100,00

9 - Outras obrigações

	31.12.2019	31.12.2018
Juros sobre o capital próprio	4.361	28.006
Participação nos lucros	1.919	1.432
Total	6.280	29.438

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos e contribuições sobre salários	2.431	2.255
Impostos e contribuições diferidos	1.517	909
Contribuição Social	842	289
COFINS	573	432
PIS	93	70
Outros	131	74
Total	5.587	4.029

	31.12.2019	31.12.2018
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo	54.981	62.388
Programa Água Limpa	24.646	23.340
Programa Frota Nova Município	13.428	14.374
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	2.660	4.174
Programa Renova SP	879	1.266
Total	96.594	105.542

^(a) Referem-se a recursos, transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo, para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento, e pelo Ministério do Turismo, para a concessão de operações de crédito.

	31.12.2019	31.12.2018
Provisões para despesas de pessoal	3.442	2.969
Fornecedores	2.284	2.686
Provisões para despesas administrativas	1.670	1.137
Provisão para Contingências	1.614	1.511
Credores diversos	652	116
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	186	71
Total	9.848	8.490

10 - Patrimônio líquido

a) Capital social
O capital social de R\$ 1.041.977 (R\$ 1.016.035 em 2018) está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de abril de 2019, a Assembleia Geral autorizou o aumento do capital social no montante de R\$ 25.942, relativos aos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas no exercício de 2018.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio. Os juros sobre o capital próprio são calculados observados os limites previstos na IN RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro Líquido	47.560	14.736
(-) Reserva Legal	(2.378)	(737)
Base de Cálculo Ajustada	45.182	13.999
Juros sobre o capital próprio	24.221	29.442
Reserva de lucros	20.961	–

c) Reserva legal
A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido do período	28.642	47.560	14.736
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R\$)	0,02864	0,04760	0,01474

11 - Desdobramento das contas de resultado

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Administração de Fundos de Desenvolvimento	7.597	12.243	6.686

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Proventos	(11.010)	(20.875)	(19.559)
Encargos sociais	(4.045)	(7.764)	(7.584)
Benefícios	(4.445)	(7.801)	(6.590)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.328)	(2.401)	(2.797)
Treinamento	(286)	(397)	(200)
Estagiários	(113)	(206)	(259)
Total	(21.227)	(39.444)	(36.989)

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Processamentos de dados	(1.976)	(3.759)	(3.109)
Serviços técnicos especializados	(2.215)	(3.695)	(3.510)
Patrocínios e relações públicas ^(a)	(1.705)	(2.388)	(1.772)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	(1.436)	(2.087)	(1.455)
Manutenção e conservação de bens	(363)	(739)	(801)
Vigilância e segurança	(355)	(710)	(589)
Serviços de terceiros	(365)	(670)	(592)
Transporte	(306)	(618)	(655)
Depreciação	(300)	(601)	(616)
Propaganda e publicidade ^(a)	(141)	(421)	(2.627)
Publicações	(114)	(283)	(462)
Contribuições filantrópicas	(195)	(275)	(164)
Amortização	(131)	(253)	(242)
Serviços do sistema financeiro	(125)	(235)	(199)
Água, energia e gás	(114)	(220)	(212)
Comunicações	(117)	(216)	(258)
Materiais de Escritório	(115)	(175)	(83)
Viagem no país	(90)	(146)	(199)
Seguros	(47)	(93)	(57)
Viagens no exterior	–	–	(1)
Total	(10.210)	(17.584)	(17.603)

^(a) Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público-alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Contribuição ao COFINS	(2.786)	(5.758)	(5.267)
Contribuição ao PIS	(453)	(936)	(856)
IPTU	(488)	(734)	(2.170)
ISSQN	(358)	(530)	(425)
ITBI	(254)	(291)	(21)
Outras	(1)	(5)	(4)
Total	(4.340)	(8.254)	(8.743)

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Recuperação de Encargos e Despesas	1.014	1.606	1.091
Reversão de Provisões Operacionais	205	509	394
Outras	79	79	57
Total	1.298	2.194	1.542

	2º Semestre/2019		31.12.2019		31.12.2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	31.740	31.740	58.494	58.494	13.527	13.527
Participação dos empregados	(1.938)	(1.938)	(3.141)	(3.141)	(1.632)	(1.632)
Resultado após a participação dos empregados	29.802	29.802	55.353	55.353	11.895	11.895
Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15% (20% em 2018)	(7.450)	(4.470)	(13.838)	(8.303)	(2.974)	(2.379)
Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:						
Adições	(1.855)	(1.066)	(7.705)	(4.540)	(18.189)	(14.402)
Exclusões	5.132	3.072	9.968	5.932	10.185	8.111
Incentivos fiscais	321	–	408	–	176	–
Prorrogação de licença maternidade	32	–	67	–	48	–
Juros sobre capital próprio	3.294	1.976	6.055	3.633	7.361	5.888
Imposto de Renda e CSLL	(526)	(488)	(5.045)	(3.278)	(3.392)	(2.782)
Ativo fiscal diferido	(3.432)	3.665	(2.866)	4.004	5.953	3.516
Passivo fiscal diferido	(131)	(248)	(274)	(334)	(284)	(170)
Despesa de IR e CSLL	(4.089)	2.929	(8.185)	392	2.277	564

b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas
Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se as alíquotas vigentes no período previsto de sua realização, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	31.12.2018	Baixa	Constituição ^(a)	31.12.2019
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	50.218	(14.226)		14.943
Provisões para despesas administrativas	455	(398)		347
Provisões para desvalorização de títulos livres	455	(148)		532
Provisões para passivos contingentes	605	(12)		134
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	34	(34)		–
Total dos créditos tributários diferidos	51.767	(14.818)		15.956
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	909	–		608
Total das obrigações tributárias diferidas	909	–		608

^(a) Inclui o efeito de R\$ 5.556 mil, referente à majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido de 15% para 20%, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 2024	Total
Valor nominal	20.465	9.310	5.329	4.290	3.967		9.543
Valor presente	19.610	8.454	4.544	3.435	2.996		6.409

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período. Neste exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

13 - Transações com partes relacionadas
A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações. Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios de Curto Prazo		1.491	2.933
Diretoria	749	1.537	1.820
Conselho de Administração	411	766	687
Comitê de Auditoria	228	399	467
Conselho Fiscal	103	231	232
Outros Benefícios de Longo Prazo		140	236
Diretoria	140	236	281
Total	1.631	3.169	3.487

14 - Contingências
Conforme determinado no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2018	Baixa	Constituição	31.12.2019
Trabalhista	847	(411)		505
Cível	665	(1)		9
Total	1.512	(412)		514

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhista	510	618
Cível	883	878
Total	1.393	1.496

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

15 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)
A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Desenvolve SP está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

16 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)
A alta administração aprovou a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Desenvolve SP e os níveis de apetite por esses riscos.

17 - Integração entre os riscos
A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

18 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital
O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da instituição.

a) Estrutura Organizacional
O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b) Estrutura de Sistemas
O sistema interno deve abranger todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e deve possibilitar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital compatível com esses riscos.

c) Validação de Sistemas
Mensalmente, devem ser realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

19 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital
O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital e o Programa de Testes de Estresse.

a) Risco de Crédito
A gestão do crédito está definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- Superintendência de Crédito (Sucre): unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.
 - Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob): ligada à Diretoria de Negócios e Fomento (DNF), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.
 - Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.
- A gestão do risco de crédito consiste na modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.
- A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.
- O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD} , calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

Locação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela *RWA*^{CPAD}, calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b) Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional deve prever, adicionalmente, a implementação de estrutura de governança de TI consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS.

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela *RWA*^{OPAD}, conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c) Risco de Liquidez

Na Desenvolve SP, os procedimentos para o controle de liquidez são realizados diariamente.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d) Risco Socioambiental

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da Desenvolve SP consiste em uma série de procedimentos que deverão ser inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado deve prever sistemas que considerem todas as fontes significativas desse risco e utilizem dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação, consideramos o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária como um risco não relevante.

No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos assumidos pela instituição.

Não há alocação de capital para esse risco. No entanto, seu valor é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para alavancagem.

f) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital deve possibilitar a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que deve ser consistente com o planejamento estratégico da instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

20 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da Instituição, e o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária.

DIRETORIA COLEGIADA			CONTADORA
Nelson Antônio de Souza Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Crédito em exercício	Lucia Helena da Silva Diretora de Negócios e Fomento	Wilson Bevilacqua Otero Diretor Administrativo, de Projetos e Processos	Karen Kemely Mussi Mhreb CRC 1SP327691/O-9
Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.			

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2019

1. INTRODUÇÃO

1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2015.

1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.

Para assegurar sua atuação de forma eficiente, além das informações financeiras serem apresentadas mensalmente ao comitê, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas para avaliar as ações de gerenciamento de riscos, de *compliance* e de controles internos, com a Auditoria Independente, para discutir os exames e conclusões relativos ao planejamento e execução dos exames de auditoria das demonstrações financeiras do exercício (semestral e anual) e, com a Auditoria Interna, para supervisão dos seus trabalhos e para fornecer orientações técnicas demandadas.

1.3 Composição

O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

Em 14/01/2019, o Senhor Carlos Eduardo Sampaio Lofrano renunciou ao cargo de membro deste Comitê. Em decorrência dessa renúncia, excepcionalmente, este Colegiado realizou suas reuniões com a presença de dois participantes no período de 14/01 a 20/08/2019.

Em 21/08/2019, foi empossado o novo membro do Comitê de Auditoria, Sr. Walter Mallas Machado de Barros, eleito em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de maio de 2019.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

Até 2016, o presente relatório contemplava informações de um período anual coincidente ao ano fiscal, porém, considerando que as atividades anuais do Comitê de Auditoria se encerram na aprovação das demonstrações financeiras do exercício anterior, que normalmente ocorre até março do ano subsequente, este Comitê decidiu que o seu relatório deve incluir atividades até essa data.

Os relatórios deste Comitê de Auditoria contemplam a seguinte periodicidade:

- Relatório Semestral:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras do 1º semestre encerrado no exercício social subsequente.

- Relatório Anual:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social subsequente. O Comitê de Auditoria se reuniu 17 vezes entre março de 2019 a fevereiro de 2020, realizando 88 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à administração da Agência.

Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretor Presidente e sua Diretoria Colegiada, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e externa. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são publicadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance* e de controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2019, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes apresentado, e das conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Contábeis, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.			
São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.			
Roberto Brás Matos Macedo Presidente			
Adailton Cesar da Costa Martins Conselheiro	Eduardo Marson Ferreira Conselheiro	Lídia Goldenstein Conselheira	
André Marcos Favero Conselheiro	Francisco Vidal Luna Conselheiro	Luciana Leal Coelho Conselheira	
	Nelson Antônio de Souza Conselheiro		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Desenvolve SP** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa

data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Desenvolve SP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, as demonstrações contábeis incluem Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no montante de R\$ 83.223 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos *continua* →☆

21 - Relatórios

A Diretoria Colegiada, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

22 - Limites Operacionais

O CMN, por meio do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da Instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Na Instituição, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL - POSIÇÃO EM 31/12/2019	VALOR (R\$ mil)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	1.119.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA	769.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	769.236
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	–
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	1.119.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	–
CAPITAL PRINCIPAL	1.119.236
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	30.794
PARCELA <i>RWA</i> ^{CPAD} - requerimento de capital referente ao risco de crédito	
- abordagem padronizada	1.477.596
PARCELA <i>RWA</i> ^{MPAD} - requerimento de capital referente ao risco de mercado	
- abordagem padronizada	–
PARCELA <i>RWA</i> ^{OPAD} - requerimento de capital referente ao risco operacional	
- abordagem padronizada	253.564
PARCELA <i>R</i> ^{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	762
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA^{CPAD} + RWA^{MPAD} + RWA^{OPAD})	1.731.160
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	353.824
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 1,875%)	43.279
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A <i>R</i>^{BAN} E ACP (BANCO CENTRAL)	586.702
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO O <i>R</i>^{BAN} E ACP (DESENVOLVE SP)	422.242
POSSIBILIDADE DE ALAVANCAGEM (DESENVOLVE SP)	2.111.210
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 8,625%; mínimo DSP = 20%)	44,43%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	44,43%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	44,43%

DIRETORIA COLEGIADA			CONTADORA
Nelson Antônio de Souza Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Crédito em exercício	Lucia Helena da Silva Diretora de Negócios e Fomento	Wilson Bevilacqua Otero Diretor Administrativo, de Projetos e Processos	Karen Kemely Mussi Mhreb CRC 1SP327691/O-9
Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.			

práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A empresa BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como adequada a atuação da administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA

O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e com a apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

7. CONCLUSÕES

Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

	São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.	
Francisco Vidal Luna Presidente do Comitê de Auditoria	Jerônimo Antunes Membro do Comitê de Auditoria	Walter M. Machado de Barros Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

	Cely de Campos Mantovani Conselheira	Roberto Yoshikazu Yamazaki Conselheiro
	Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo Conselheira	Rubens Peruzin Conselheiro

naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da **Desenvolve SP**. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa na Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), consideramos que este é um assunto significativo de auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA a H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99, bem como a adequada divulgação nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Créditos tributários:** Conforme Nota Explicativa nº 12, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 52.904 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis

e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da **Desenvolve SP** é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Desenvolve SP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Desenvolve SP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e administração da **Desenvolve SP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Desenvolve SP**; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Desenvolve SP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Desenvolve SP** a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador - CRC 1 SP 120359/O-8